

## Conhecer a situação

Qual é hoje a situação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho em Portugal e na União Europeia?

Qual é hoje a situação das mulheres e dos homens na organização da vida familiar?

Qual é hoje a situação das mulheres e dos homens na participação no processo de decisão?

## Capítulo I: Conhecer a situação

## Introdução

A população residente em Portugal é constituída por 48,15% de homens e 51,85% de mulheres<sup>1</sup>. Cerca de metade de cada sexo. Mas cada uma destas metades, por lei reconhecidas como iguais, vive, na prática, em situação desigual.

O presente capítulo evidencia as assimetrias nos domínios chave para a concretização da igualdade de género: o trabalho remunerado, a vida familiar e os processos de tomada de decisão.

Desocultar a realidade é o primeiro passo para a compreensão deste nosso mundo.

O trabalho remunerado é a principal fonte de recursos que permitem a independência e a segurança económicas das pessoas. É também fundamental ao desenvolvimento individual e à autoestima, tanto dos homens como das mulheres.

Em todo o mundo, a taxa de participação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho é desigual, o que se traduz na marcante assimetria entre os rendimentos das mulheres e dos homens e no significativo maior número de mulheres em situação de pobreza. Este facto é tanto mais relevante, quanto é sabido que a baixos rendimentos corresponde habitualmente menor acesso a outros recursos, como a saúde, a educação ou a fruição de bens culturais ou tempos de lazer.

Desigual é também, e de modo ainda mais acentuado, ao menos no que a Portugal respeita, a participação dos homens e das mulheres nas tarefas inerentes à vida familiar, em que avultam os cuidados com os filhos e com o espaço doméstico.

O trabalho não pago socialmente útil é largamente assegurado pelas mulheres, o que também contribui para a situação de pobreza destas face aos homens.

A ausência dos homens na prestação de cuidados à família priva-os de uma dimensão fundamental para a sua realização pessoal e constitui um prejuízo sério no seu desenvolvimento.

Desigual é ainda a partilha do poder na esfera pública entre as mulheres e os homens. Este facto conduz, na prática, a que a vida das mulheres seja, em larga medida, condicionada pela aplicação da matriz masculina à organização da sociedade. E conduz também ao desperdício, na satisfação do interesse geral, de cerca de metade dos recursos disponíveis.

---

<sup>1</sup> INE, *Estimativas da População Residente, 1999 – Dados Provisórios*.

## 1.1 Qual é hoje a situação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho em Portugal e na União Europeia?

### 1.1.1 Actividade, emprego e desemprego

As mulheres portuguesas estão largamente inseridas no mercado de trabalho. A *taxa de actividade* feminina não tem cessado de crescer nas últimas décadas (passando de 31% em 1975 para 44,7% em 2000 - INE, Inquérito ao Emprego, 2º trimestre) atingindo actualmente valores que colocam Portugal entre as países da União Europeia (U.E.) com uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, quase ao nível de alguns países escandinavos.

As modalidades predominantes de inserção laboral das mulheres portuguesas apresentam, por outro lado, características distintivas, nomeadamente em contexto europeu, que apontam para:

- Trajectórias de actividade *contínuas* ao longo do ciclo de vida, isto é, que não reflectem (de modo evidente, como sucede em muitos outros países) a ocorrência do casamento ou o nascimento de filhos. Só quando o número de filhos atinge o limiar crítico de três, se verifica uma quebra da actividade profissional remunerada feminina em Portugal.
- Uma participação maioritariamente assente em prestação de trabalho *a tempo inteiro* e, em muitos casos, em horários de trabalho longos (dos mais longos da U.E.). Com efeito, o trabalho a tempo parcial, embora mais significativo entre as mulheres, atinge apenas uma pequena parte da mão-de-obra portuguesa – em 1998, 17,2% das mulheres e 6,3% dos homens trabalhavam a tempo parcial (INE, Inquérito ao Emprego, 2º trimestre).

A esta elevada participação feminina no mercado de trabalho tem correspondido um crescimento da *taxa de emprego* das mulheres. Deste modo, se em geral Portugal apresenta uma taxa de emprego superior à média da U.E., esse diferencial positivo é ainda mais significativo no que toca à população empregada do sexo feminino.

### Taxas de emprego por sexo

	1985		1997	
	Europa 15	Portugal	Europa 15	Portugal
Homens	74,8	80,1	70,6	77,3
Mulheres	45,6	48,2	50,5	58,7

Fonte: EUROSTAT, Inquérito às Forças de Trabalho

Mas também em termos prospectivos, as projecções feitas (nomeadamente no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social) apontam para um aumento da população activa em Portugal entre 1995 e 2010, em larga medida, a dever-se ao crescimento da taxa de actividade feminina (estimado em mais 4 pontos percentuais, face a um crescimento da taxa de actividade masculina estimado em 0,5 pontos percentuais).

Contudo, são também as mulheres as mais atingidas pelo *desemprego*. A análise das taxas de desemprego, embora com valores tendencialmente decrescentes e mais baixos do que na U.E., continua a evidenciar valores do desemprego muito superiores entre as mulheres (particularmente as mulheres mais jovens). No 2º trimestre de 2000 (INE, Estatísticas do Emprego), a taxa de desemprego dos homens era de 2,9% enquanto que a das mulheres atingia 4,8%, valor que entre as mulheres dos 15 aos 24 anos subia para 12%.

Por outro lado, as mulheres estão particularmente representadas no desemprego de longa duração – em 1999, as mulheres desempregadas de longa duração representavam 39% do desemprego feminino total e o valor equivalente para os homens era de 36% (INE, Inquérito ao Emprego).

O mercado de trabalho caracteriza-se, ainda, por uma elevada *segregação* horizontal e vertical, em termos da presença relativa de mulheres e de homens. Por um lado, persiste uma forte concentração da mão-de-obra feminina num conjunto restrito de actividades e profissões, frequentemente associadas a actividades que constituem uma extensão profissionalizada das tarefas tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres no contexto do espaço doméstico. Veja-se, por exemplo, quais os ramos de actividade que apresentam maiores taxas de feminização: serviços pessoais e domésticos – 98,8%, saúde e acção social – 80,6% e educação – 75,6% (INE, Inquérito ao Emprego, 1998).

Por outro lado, analisando a estrutura dos níveis de qualificação (isto é, dos níveis de classificação profissional atribuídos pela empresa), imediatamente se constata que o peso relativo das mulheres decresce à medida que se considera níveis de qualificação mais elevados<sup>2</sup>, pelo que as mulheres apresentam taxas de enquadramento e índices de qualificação sistematicamente inferiores aos dos homens:

### Indicadores de qualificação

	Homens	Mulheres
Taxa de enquadramento restrita	8,09	5,09
Taxa de enquadramento lata	13,31	7,03
Índice de qualificação	2,29	1,12

Fonte: DETEFP, Quadros de Pessoal, 1997

As mulheres encontram-se, também, particularmente expostas a *formas precárias* de emprego. A título de exemplo, poder-se-á referir a incidência dos contratos de trabalho não permanentes que, embora cada vez mais frequentes no nosso mercado de trabalho, atingem mais mulheres do que homens – 22,6% e 18,3%, respectivamente (INE, Estatísticas do Emprego, 2º trimestre 2000).

## 1.1.2 Salário igual para trabalho de valor equivalente

O princípio de “salário igual para trabalho de valor equivalente”, embora nacional e internacionalmente proclamado e subscrito, está longe de corresponder à realidade do mercado de trabalho. Basta ter em conta

---

<sup>2</sup> Uma excepção, a este nível, refere-se ao peso maioritário das mulheres entre os chamados especialistas das profissões intelectuais e científicas (55,5% – INE, Estatísticas do Emprego, 2º trimestre 2000), o que certamente reflectirá o crescente nível educacional das mulheres, em particular das mulheres das gerações mais jovens.

que, em média, as mulheres ganham consideravelmente menos do que os homens, assistindo-se a um elevado '*gap*' *salarial* entre mulheres e homens. Se tal *gap* se constata ao nível das remunerações médias mensais de base – atingindo um valor na ordem dos 23%, ele torna-se particularmente evidente quando se considera os ganhos médios mensais, que incluem outras componentes do salário de natureza geralmente discricionária – ultrapassando 27% (DETEFP, Quadros de Pessoal, 1998).

Por outro lado, diversos estudos têm demonstrado que o principal factor explicativo do *gap* salarial entre mulheres e homens reside na classificação da mão-de-obra feminina e masculina em níveis de qualificação, determinada pelas políticas de pessoal das empresas e muito menos em variáveis que possam ser “manipuladas” pelas trabalhadoras e trabalhadores, tais como a idade, a antiguidade no posto de trabalho ou até a qualificação escolar. Verifica-se, mesmo, que o *gap* salarial entre mulheres e homens é superior nos níveis de qualificação mais elevados.

### **1.1.3 O papel da educação e da formação profissional**

É conhecida a evolução registada nos últimos anos em termos do acesso crescente das mulheres ao sistema de *instrução formal* e, em particular, a níveis de ensino superiores.<sup>3</sup> Por exemplo, no ano lectivo de 1996/97, a taxa de feminização das matrículas no ensino superior era de 57,1% e a dos diplomados de 63,8% (Estatísticas da Educação 1996/97).

Por outro lado, as raparigas e mulheres mais jovens têm vindo a entrar progressivamente em todas as áreas de ensino, embora a sua presença continue a registar-se, sobretudo, em áreas tradicionalmente feminizadas, tais como as letras (77,6%) e as ciências da educação e formação de professores (78,1%). Em contrapartida, a arquitectura e urbanismo (47,5%) e as ciências da engenharia (27,1%) estão entre as áreas de ensino nas quais as mulheres estão menos representadas.

Dados estatísticos disponíveis apontam para uma elevada taxa anual de rentabilidade da educação em Portugal, quando comparado com um conjunto de países da OCDE, mais elevada ainda para as mulheres do

---

<sup>3</sup> *Convirá, no entanto, não esquecer que, ao nível da população portuguesa com 15 ou mais anos, a percentagem de mulheres sem qualquer grau de ensino quase duplica a dos homens, atingindo em 1998 valores na ordem de, respectivamente, 23,7% e 12,4%.*

que para os homens. Contudo, tem sido também frequentemente demonstrado um efeito de sobrequalificação feminina, isto é, de superioridade dos níveis educacionais femininos, quando mulheres e homens se encontram nos mesmos níveis de qualificação.

Ao nível da *formação profissional*, pelo seu lado, as mulheres estão em clara minoria entre os participantes em acções de formação, não ultrapassando 32% dos mesmos (dados relativos a 1996, do Inquérito à Execução de Acções de Formação Profissional). Analisando estes dados por modalidade de formação, constata-se que apenas na formação de reconversão e na chamada outra formação inicial se encontra um peso relativo de mulheres superior ao de homens. Em contrapartida, a participação diferencial de mulheres e de homens é particularmente evidente nas acções de formação de formadores, em que a participação masculina é superior ao dobro da feminina.

## 1.2 Qual é hoje a situação das mulheres e dos homens na organização da vida familiar?

Nas últimas décadas, o ritmo e a diversidade das transformações demográficas, ao nível das estruturas familiares, têm assumido uma dimensão sem precedentes na nossa história económica e social. O aumento da esperança de vida, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a diminuição do número médio de pessoas por família, o decréscimo acentuado da fecundidade, o aumento da instabilidade conjugal, o crescimento dos divórcios e a crescente importância das uniões livres são alguns dos factores que, nas últimas três décadas, e sobretudo nos países do Sul da Europa, cujo ritmo de mudança foi extremamente acelerado, alteraram profundamente o quadro da vida familiar, tal como o conhecíamos.

No entanto, se muito mudou, muito se manteve também inalterado. Se as mulheres participam de modo cada vez mais preponderante no mercado de trabalho e dividem com os homens os encargos económicos com a família, continuam a ter a maior parte da responsabilidade nas tarefas domésticas e dos cuidados das crianças. O tempo investido pelas mulheres e pelos homens na vida familiar é muito assimétrico e penaliza a participação das mulheres na esfera pública e a participação dos homens na esfera privada.

São as razões das mudanças profundas e das permanências que importa analisar. Que família(s) temos hoje em Portugal e na União Europeia? Que “papéis” desempenham hoje homens e mulheres na vida familiar?

É, com efeito, esta análise que nos permitirá avaliar até que ponto uma crença – os “papéis sociais específicos de género” - com origem na biologia, continua a impedir-nos de concretizar a igualdade e a limitar a participação equilibrada das mulheres e dos homens tanto na vida familiar, como na actividade profissional e nos processos de decisão, que são inerentes ao exercício pleno da democracia.

### 1.2.1 Família - Famílias

O que é a família? Parece que todos sabemos o que é, mas são diversos os olhares e os conceitos em função dos objectivos.

### 1.2.1.1 Discursos sobre a família

São conhecidos diversos discursos sobre a família, que acentuam a divisão sexual do trabalho socialmente útil, em que aos homens caberia a função produtiva e às mulheres a função reprodutiva. Dão-se alguns exemplos:

- histórias de fadas: a família idealizada num contexto romântico - o “felizes para sempre” significa casar e ter filhos; as visões estereotipadas dos papéis femininos e masculinos – a “bela adormecida” e o “príncipe encantado”
- religião: líderes religiosos sublinham o papel positivo da família; em geral predomina uma visão que atribui “papéis” aos seus membros
- política: há políticos que, nas últimas décadas, tendem a falar sobretudo da crise da família, da sua instabilidade e da sua perda de funções, as visões mais conservadoras associam as rupturas familiares ao aumento da criminalidade, nomeadamente juvenil
- *mass media*: seguem as linhas da discussão política e sublinham a instabilidade da família e a violência familiar
- publicidade: é frequente a visão estereotipada dos “papéis” masculinos e femininos na família.

Mas há também quem sublinhe a importância da família como local privilegiado dos afectos e como refúgio da agressividade do mundo moderno.

De qualquer modo, há que ter presente que o discurso da crise da família não é um novo. Ao longo do séc. XIX o discurso da crise é recorrente. Com a industrialização, o êxodo rural atirava para a cidade uma massa imensa de trabalhadores. O abandono de crianças, os nascimentos fora do casamento e a delinquência juvenil eram comuns. A instabilidade da família proletária preocupava a classe dominante que, simultaneamente, denunciava a crise da instituição familiar e via nela um agente de moralização.

A instituição familiar tem, no entanto, provado quer a sua capacidade de resistência, quer a sua adaptação à mudança.

### 1.2.1.2 Definições e tipologias de família

As dificuldades em definir “família” e construir tipologias de família com base num critério são cada vez maiores. O que é “família”? O casal com filhos? E o

casal sem filhos? E o pai da madrasta é família? E os avós, tios, primos, os parentes do marido/mulher são família? E o que dizer dos casais homossexuais? E da mulher lésbica que engravidou por inseminação artificial?

Não há respostas definitivas.

As variáveis para estabelecer definições são diversas (casamento, parentesco, residência comum, socialização das crianças) mas todas elas levantam questões. Assim:

- a) o casamento: mas cada vez mais a coabitação e as uniões livres são comuns, o crescente número de filhos fora do casamento em toda a Europa indica como estes modelos podem ser duradouros no tempo;
- b) a residência comum (esta é, em geral, uma das características mais referidas pelas pessoas quando se pede para definir família): mas a residência comum não faz (e não desfaz) uma família; há indivíduos que vivem em comum, que partilham despesas e afectos mas não são uma família (companheiros de quarto ou casa; colegas; colégios; pensões). Há também famílias que o são e não vivem juntas, por exemplo, por motivos profissionais (famílias de migrantes, professores deslocados, marinheiros, etc.);
- c) o parentesco: o parentesco comporta dois tipos de laços, de sangue e de aliança, e cada um deles funda relações diferentes. Mas a definição de parentesco muda de cultura para cultura, e existem pessoas que são “como da família” desempenhando um papel tão ou mais importante nas nossas vidas do que aquelas com quem existem laços de parentesco;
- d) a socialização das crianças: a noção de que os pais, no interior do quadro familiar, são os únicos responsáveis pela educação das crianças não é universal; e nas nossas sociedades existe uma cada vez maior partilha deste tipo de funções com outras instituições, nomeadamente com a escola.

### 1.2.2 “Papéis conjugais”, poder e decisão

Como unidade de produção da vida quotidiana, o grupo familiar tem suscitado uma abundante literatura sobre os “papéis” dos cônjuges nesta actividade. Na maior parte das vezes, a noção de papel é empregada no mesmo sentido que na sociologia geral: um conjunto estruturado de normas de comportamento, ligado a uma dada posição num sistema de interacções (Kellerhals *et al.*, 1989).

Nye (cit em Goodman, 1993) identificou 8 papéis principais na família americana:

- *provider* (provedor): assume a responsabilidade pelo suporte financeiro da família, a esta está normalmente associada a responsabilidade pela segurança;
- *housekeeper* (responsável pelo trabalho doméstico): obtém, prepara e cozinha os alimentos, mantém a casa habitável, assegura a limpeza e a conservação da roupa e do mobiliário;
- *child care* (cuidados das crianças): fornece as condições básicas, a nível físico e psicológico, para assegurar o desenvolvimento saudável das crianças;
- *child socialization* (socialização das crianças): inclui o papel básico de cuidar das crianças, mas vai mais longe - envolve os esforços para criar um indivíduo competente e socializado; este papel combina uma mistura de capacidades intelectuais, sociais e emocionais;
- *sexual* (sexual): funciona como parceiro sexual, numa relação sexual mutuamente satisfatória e, em geral, exclusiva;
- *recreational* (recreacional): é responsável pela organização de actividades recreativas para a família;
- *therapeutic* (terapêutico): assiste o parceiro na resolução de problemas psicológicos, dá suporte emocional e afectivo;
- *kinship* (parentesco): assume a obrigação de manter contacto e boas relações com as redes de parentesco.

Tradicionalmente, ao homem é atribuído como principal “papel” o de provedor, ficando os restantes para a mulher; a socialização das crianças e o papel recreacional são partilhados pelos dois. Esta divisão de papéis foi consagrada nas teses de Talcott Parsons que viram nesta divisão a “funcionalidade” da família moderna. Na perspectiva estrutural-funcionalista deste autor, existem dois tipos fundamentais de papéis. Um, de tipo expressivo (que assegura a coesão do grupo, gerindo as relações afectivas), e outro, de tipo instrumental (que assegura os contactos com o exterior). Para além de ser um produto provável da vida em grupo, a especialização de papéis por actores garante um melhor desempenho dos mesmos, assim como assegura uma fonte de satisfação para os membros do grupo (Parsons, 1971).

Kellerhals sistematiza algumas das críticas às teses parsonianas que nos permitem contestar a “funcionalidade” desta divisão de papéis: em primeiro lugar, numerosos estudos têm mostrado o carácter crucial da contribuição das mulheres para a subsistência familiar; em segundo

lugar, a incompatibilidade entre liderança instrumental e expressiva é questionável – inúmeros estudos demonstram a eficácia produzida quando os dois tipos de liderança são assumidos pela mesma pessoa; em terceiro lugar, é discutível que a estrita diferenciação esteja associada a uma maior satisfação conjugal – estudos mostram que os homens que assumem a função expressiva revelam uma elevada satisfação; e, finalmente, num sistema conjugal, onde o companheirismo seja a norma, a negociabilidade das tarefas e a partilha das responsabilidades revelam-se mais satisfatórias do que a diferenciação (Kellerhals *et al.*, 1989). A evolução das famílias contemporâneas neste sentido levou à discussão da funcionalidade do modelo parsoniano e abriu caminho para a contestação da sua universalidade e para a análise dos factores de diferenciação.

A diferenciação de papéis e a divisão de tarefas no quadro da vida familiar está intimamente ligada à questão do poder, ou melhor, dos poderes, no interior da família. O poder pode ser definido como a aptidão, potencial ou efectiva, de um actor orientar o comportamento de outro numa direcção desejada. A pertinência da noção de poder na análise das interacções familiares tem sido alvo de inúmeras discussões. Uns afirmam que a dinâmica familiar se define melhor pela identificação mútua e pelo igualitarismo do que pelo princípio da oposição, outros dão grande importância à noção de poder mas aplicam-na apenas às situações de conflito.

Safilios-Rothschild (cit. em Gelles, 1995) propõe oito tipos básicos de poderes que são exercidos nas relações conjugais:

- *authority or legitimate power* - autoridade ou poder legítimo, que é conferido a um dos membros do casal através das normas sociais e culturais vigentes
- *dominance power* - poder de domínio, baseado na força ou na ameaça da força e do castigo
- *resource power* - poder de recursos, que deriva do facto de um dos membros do casal ter recursos, como o dinheiro ou o prestígio, que são considerados desejáveis
- *expert power* - poder de perito, baseado num conhecimento ou aptidão especiais
- *influence power* - poder de influência, que resulta da aptidão de exercer pressão sobre o outro com sucesso
- *affective power* - poder afectivo, através do qual um dos parceiros manipula o outro através dos afectos e da sexualidade
- *tension management power* – poder de regulação de tensões, através do qual um dos membros do casal controla o outro regulando tensões e conflitos

- *moral power* – poder moral, no qual um dos parceiros exerce o poder e o controlo apelando a valores religiosos, morais ou legais.

Blood e Wolfe (cit. em Gelles, 1995 e Kellerhals *et al.*, 1989) realizaram trabalhos empíricos sobre a detenção do poder na família e o modo de repartição das tarefas. Sob o nome de “teoria dos recursos”, os autores desenvolveram a tese de que o poder de um actor é tanto maior quanto maiores (comparativamente) forem os seus recursos. Esta perspectiva mais pragmatista do poder opõe-se a uma visão mais culturalista, em que a detenção do poder proviria da atribuição normativa (Kellerhals *et al.*, 1989). Blood e Wolfe testam a sua teoria utilizando diversos domínios da tomada de decisão como indicadores de poder e considerando dados comparados dos cônjuges como o estatuto socioprofissional, o rendimento e o nível de escolaridade, enquanto indicadores de recursos. Os autores identificam quatro categorias de poder familiar: *wife dominant*, aquele em que a mulher detém maior autoridade na tomada de decisão; *syncratic*, caracterizado por um elevado grau de decisões partilhadas e autoridade relativa relativamente equivalente; *autonomic*, caracterizado por uma partilha escassa de autoridade e uma rudimentar partilha da divisão do trabalho; *husband dominant*, aquele onde o homem detém a maior autoridade no processo de decisão.

Os trabalhos de Blood e Wolfe mostram que as famílias onde predomina o poder masculino não correspondem aquelas em que os cônjuges receberam uma educação tradicional, mas sim às famílias onde os recursos comparados do homem são os mais elevados. Assim o exercício do poder não aparece como uma coerção bruta, mas sobretudo como uma autoridade baseada numa legitimação racional (Kellerhals *et al.*, 1989).

Embora a repartição de tarefas seja mais estereotipada (fracas variações de uma família para outra) e mais especializada (entre os sexos) do que o exercício da autoridade, os factores que a determinam são novamente de ordem pragmática. A participação do homem nas tarefas domésticas, segundo Blood e Wolfe, é menos regulada por uma socialização de tipo tradicionalista do que pelos recursos profissionais comparados dos cônjuges, pelo tempo de que dispõem e pelo grau de qualificação para o exercício de uma tarefa.

A teoria dos recursos foi alvo de inúmeros desenvolvimentos e críticas, mas como afirma Kellerhals, “o limite destas diversas perspectivas deve-se ao seu aspecto microssociológico. Ao explicar, muito parcialmente, como se negocia, na interacção, a repartição dos recursos, estas teorias não dão conta da maneira como sociedade e cultura atribuem a cada sexo identidades (e, dialecticamente, recursos) distintas, nem que factores macrossociológicos condicionam a evolução desta atribuição” (Kellerhals *et al.*, 1989: 53).

As perspectivas feministas (nomeadamente os trabalhos C. Delphy e S. Walby) têm sido fundamentais para sublinhar a importância das

relações de dominação que prevalecem nas sociedades contemporâneas e a importância do poder patriarcal na vida familiar e na exploração das mulheres. Apesar do aparecimento de novos modelos de família, que se distanciam cada vez mais do modelo parsoniano, a visão da mulher como principal responsável pelo “criar e cuidar” continua a ser um obstáculo à existência de modelos de repartição igualitária de tarefas.

### **1.2.3 Mulheres e homens na vida familiar em Portugal**

Em Portugal, mais do que o conteúdo das transformações sociais e demográficas, o que é de sublinhar nas últimas três décadas é o ritmo das mudanças. Como se pode observar no Quadro 1, na página seguinte, em 30 anos o panorama social e demográfico alterou-se profundamente. O aumento massivo das mulheres no mercado de trabalho, o decréscimo da fecundidade e a conseqüente redução da dimensão da família, o aumento da esperança de vida, o envelhecimento da população são factores que alteraram profundamente o quadro da vida familiar no nosso país.

Como se pode observar no Quadro 2, também na página seguinte, o tipo de núcleo familiar predominante continua a ser o casal com filhos (60,86), contudo, novas formas familiares têm ganho expressão, nomeadamente o casal sem filhos e as famílias monoparentais, a expressão das famílias monoparentais é já significativa. De sublinhar, que neste tipo de família, o tipo de núcleo mais comum é a mãe com filhos (em 1991, 7.93 das famílias tinham esta característica), questão que tem vindo a ser apontada como uma das causas para a feminização da pobreza.

### Quadro 1

#### Indicadores sociais 1960-1997

	1960	1970	1981	1991	1994	1997	1999
% População c/ + 65 anos	8.0	9.7	11.4	13.6	14.9	15.1	15.3
Esperança de vida (H)	60.7	64.2	69.1	70.2	71.2	71.4	71.8
Esperança de vida (M)			76,7				78,9
Taxa de mortalidade (‰)	10.7	10.8	9.7	10.4	10.0	10.5	10.8
Taxa de mort. infantil (‰)	77.5	55.5	24.3	11.0	7.9	6.4	5.6
Taxa de natalidade (‰)	24.1	20.9	16.1	11.8	11.0	11.4	11.4
Descendência média	3.2	3.0	2.2	1.5	1.4	1.4	1.5
Taxa de nupcialidade (‰)	7.8	9.4	7.4	7.3	6.7	6.6	6.9
Taxa de actividade feminina (%)	13.0	19.0	29.0	35.9	41.3	43.0	44,8
% População activa (sector primário)	44.4	32.1	19.8	10.1	*	*	*

\* Dados não disponíveis. Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística.

### Quadro 2

#### Núcleos familiares, em Portugal, em 1991

Tipo de núcleo	Nº	%
Casal sem filhos	797569	28.84
Casal com filhos	1683181	60.86
Pai com filhos	34999	1,27
Mãe com filhos	219269	7.93
Avós com netos	17848	0.65
Avô com netos	1261	0.05
Avó com netos	11643	0.42

Fonte: AAVV (1995)

Apesar de todas as mudanças, o que todas as pesquisas empíricas revelam é que, no interior da família, a divisão de tarefas continua bastante desigual e a sobrecarga continua a ser feminina. Independentemente de estarem inseridas no mercado de trabalho ou não, são as mulheres que asseguram o essencial das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças. Como se pode observar no Quadro 3, a participação dos homens apenas ultrapassa os 50% em questões administrativas, como o pagar contas e tratar dos impostos ou na reparação e manutenção do carro, para as mulheres, em todas as outras tarefas, os valores mais frequentes situam-se acima dos 75%. Como afirmam Torres e Silva (1998), “acresce o facto de as tarefas desempenhadas pelas mulheres, serem não só em maior número, como requererem mais tempo e maior disponibilidade diária – como preparar as refeições, alimentar e cuidar das crianças, tratar da casa, etc. A partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos está pois longe de ser igualitária”.

**Quadro 3**

**Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos  
(valores médios em percentagem)**

Tarefas	Homens com profissão	Mulheres com profissão	Domésticas
Preparar as refeições	21	68	89
Tratar da loiça	22	61	90
Cuidar da roupa (lavar, passar)	9	69	95
Limpar a casa	15	58	84
Fazer compras	36	67	66
Tratar de contas, seguros, taxas, impostos	69	53	50
Reparações, manutenção do carro, jardinagem, etc.	74	23	17
Brincar com as crianças	37	50	49
Alimentar as crianças	23	52	68
Acompanhar as crianças à escola (creche, infantário, ama, etc)	27	52	48
Levar as crianças ao médico	31	78	84
Ajudar os filhos a fazer os trabalhos	22	41	47
Cuidar de idosos ou doentes dentro de casa	7	11	11

Fonte: Torres e Silva (1998)

### 1.2.3.1 Os usos do tempo

Tanto os homens como as mulheres comportam as suas representações, elaboradas a partir dos modos de produção, das práticas quotidianas, dos estilos de vida, dos valores e tradições herdados do passado. O tempo, tradicionalmente vivido, é masculino e refere-se à alternância entre o trabalho e o lazer. No feminino, é a conjugação complexa entre tempos de produção e de reprodução.

Os estudos sobre os usos do tempo são muito recentes. Os primeiros, realizados em fins do século passado, parecem ter correspondido à necessidade de contabilizar as actividades agrícolas, com vista a valorizar a economia do país. Actualmente, porque o tempo é cada vez mais considerado um recurso escasso, têm-se multiplicado e diversificado. No entanto, em Portugal ainda são raros os que oferecem informações globais.

#### a) A utilização do tempo pelos homens e pelas mulheres

A nível individual, para os homens e para as mulheres, o tempo marca os horários, os ritmos, e exprime-se também no conflito para a conjugação das diferentes necessidades e interesses de cada um.

Pela primeira vez, em 1999, o Instituto Nacional de Estatística realizou um “Inquérito à Ocupação do Tempo”<sup>4</sup>.

Os inquéritos aos usos do tempo permitem uma análise que ultrapassa as questões relativas ao emprego feminino, comparado com o emprego masculino. Permitem “visualizar a dimensão do trabalho remunerado e não remunerado, nomeadamente do trabalho doméstico e voluntário, desempenhado por mulheres e homens, em situações familiares diversas”<sup>5</sup>.

Apesar de as estatísticas evidenciarem que os homens dedicam um maior número de horas ao trabalho remunerado do que as mulheres, revelam também que eles dispõem de mais tempo de lazer, que usam para ler o jornal, ver televisão, ir ao café ou ao futebol.

---

<sup>4</sup> A análise dos resultados não está ainda disponível, pelo que serão consideradas unicamente os dados divulgados na “Informação à Comunicação Social” (19 de Junho de 2000).

<sup>5</sup> Perista, Heloisa e outros (1999), Os usos do tempo e o valor do trabalho, uma questão de género, *Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Col. Estudos nº 15*.

**Quadro 4**

**Duração média das actividades, para a população com seis ou mais anos, por condição perante o trabalho e sexo<sup>6</sup>**

(Valores calculados em horas/dia)

	Empregado		Total incluindo desempregados, domésticos, reformados e outros
	Masculino	Feminino	
<b>Cuidados pessoais</b>	<b>10.57</b>	<b>10.46</b>	<b>11.32</b>
Sono	8.09	8.11	8.45
Refeições	1.56	1.43	1.54
Outros	0.50	0.50	0.53
<b>Trabalho profis. e estudante</b>	<b>7.33</b>	<b>5.53</b>	<b>4.38</b>
Trabalho profissional	6.42	5.10	3.14
Estudo e formação	0.08	0.07	1.02
Trajecto de e para o emprego	0.42	0.35	0.21
<b>Trab. dom. e cuidados à família</b>	<b>0.54</b>	<b>3.57</b>	<b>2.42</b>
Trabalhos domésticos	0.20	3.00	1.55
Compras	0.09	0.17	0.14
Cuidados às crianças e adultos	0.07	0.27	0.14
Construção, reparação, manutenção	0.04	0.01	0.03
Jardinagem, hortas, animais	0.10	0.10	0.15
<b>Activ. cívicas e de voluntariado</b>	<b>0.09</b>	<b>0.13</b>	<b>0.17</b>
Apoio informal a outras famílias	0.03	0.04	0.07
<b>Convívio</b>	<b>0.46</b>	<b>0.30</b>	<b>0.47</b>
Convívio	0.43	0.27	0.44
Festas	0.02	0.00	0.02
Conversas ao telefone	0.00	0.01	0.00

<sup>6</sup> Os dados apresentados devem ser relativizados, entre outros, se tivermos em conta a região de residência, a dimensão da família, o tipo de actividade profissional.

	Empregado		Total incluindo desempregados, domésticos, reformados e outros
	Masculino	Feminino	
<b>Lazer</b>	<b>2.30</b>	<b>1.42</b>	<b>2.52</b>
<b>Saídas</b>	0.10	0.06	0.14
Leitura	0.10	0.07	0.09
Rádio/música	0.03	0.02	0.04
Televisão e vídeo	1.43	1.17	1.56
Desportos, passatempos e jogos	0.22	0.08	0.27
Trajectos que não os de e para o emprego	<b>1.07</b>	<b>0.55</b>	<b>1.07</b>
<b>Actividades mal definidas</b>	<b>0.01</b>	<b>0.00</b>	<b>0.01</b>

Fonte: *O Uso do Tempo* – INE – Informação à Comunicação Social – 2000.

### b) O tempo de trabalho profissional

O quadro nº 4 indica que o tempo de trabalho profissional tem um valor médio na população empregada de 6 horas e 42 minutos no caso dos homens e de 5 horas e 10 minutos no que respeita as mulheres.

### c) O tempo de trabalho doméstico

Os dados do INE tornam claro que, a maior assimetria na distribuição do tempo da população empregada, mulheres e homens, pelas várias actividades, se situa a nível dos cuidados à família e do trabalho doméstico. Com efeito, se as mulheres dedicam uma média de 3 horas por dia aos trabalhos domésticos, os homens só lhes consagram 20 minutos. As crianças e os adultos recebem muito pouco apoio dos homens empregados (7 minutos por dia) quando as mulheres lhes dedicam quase quatro vezes mais tempo (27 minutos).

É assim notória a sobrecarga das mulheres empregadas, face aos homens na mesma situação. É ainda de notar que, em estudos anteriores, se verificou que “os homens tendem a subvalorizar o trabalho doméstico do respectivo cônjuge (não reconhecendo o número

de horas que elas afirmam fazer), situação que se inverte para as mulheres que tendem a sobrevalorizar o trabalho doméstico realizado pelo seu cônjuge”<sup>7</sup>.

#### d) O tempo de lazer

Comparando os tempos de lazer dos homens e das mulheres empregados, constata-se que as mulheres empregadas dispõem de 2/3 do tempo de lazer dos homens. Este tempo é passado principalmente frente à televisão (homens: 67%; mulheres: 75%), seguindo-se o desporto (homens: 10% ; mulheres: 8% ).

### 1.2.4 Aspectos da organização familiar na União Europeia

Segundo o Eurostat<sup>8</sup>, os agregados domésticos na União Europeia, estão a reduzir cada vez mais a sua dimensão. É referida a ocorrência dos seguintes fenómenos: menos casamentos, crescente aceitação da coabitação, mais divórcios, aumento da idade do primeiro casamento e do primeiro filho, queda da taxa de fecundidade, aumento dos nascimentos fora do casamento, aumento do número de mulheres que cria sozinha os seus filhos. Sublinha-se que as transformações económicas trazidas pela industrialização e a urbanização introduziram profundas alterações nas condições de habitação das famílias, ao mesmo tempo que outros traços das nossas sociedades apontam para a individualização e a independência.

É cada vez menos frequente três gerações viverem em comum devido, por um lado, às condições de habitação e, por outro lado, à independência da geração de reformados. No entanto, à medida que aumenta a esperança de vida cresce a importância dos avós na vida dos mais novos. A maioria dos idosos vive, contudo, sozinha, quer por escolha, quer porque os laços familiares se tornaram frágeis. Em ambos os casos, os custos de cuidar dos idosos dependentes recaem sobre as mulheres.

---

<sup>7</sup> Perista, *Heloisa estudo citado*.

<sup>8</sup> Eurostat (1995) *Women and Men in the European Union. A statistical portrait*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Union

As actuais sociedades europeias são, do ponto de vista demográfico, sociedades duplamente envelhecidas, e este é um dado fundamental para discutir a questão da repartição de tarefas na família contemporânea, dado que os cuidados com os dependentes estão tradicionalmente a cargo das mulheres.

### 1.3 Qual é hoje a situação das mulheres e dos homens na participação no processo de decisão?

Este é actualmente um dos domínios que se pode considerar mais crítico na situação portuguesa. Assim, e não obstante os progressos registados, passadas quase três décadas de democracia, pode afirmar-se que a participação das mulheres em termos igualitários está ainda longe de ser atingida.

A União Europeia, as Nações Unidas e o Conselho da Europa consideram a promoção da participação das mulheres na tomada de decisão política um dos campos de acção prioritários na última década do Século XX e uma condição quer para a concretização de uma efectiva Igualdade para as mulheres e os homens, quer para o progresso da democracia. Assim:

Através da Recomendação (96/694/EC), de 2 de Dezembro de 1996, o Conselho da União recomenda, designadamente, aos Estados-membros que adoptem uma estratégia integrada e global com vista a uma participação equilibrada das mulheres e dos homens na tomada de decisão e que desenvolvam ou criem, com esse objectivo, as medidas apropriadas, sejam elas legislativas, regulamentares ou de estímulo. Tal estratégia deverá cobrir todas as vertentes da sociedade e ser implementada em parceria com todos os actores sociais envolvidos a nível europeu, nacional, regional e local.

A IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim em 1995, evidenciou que atingir a Igualdade não interessa apenas às mulheres, mas é antes uma condição fundamental para alcançar o desenvolvimento social que respeita à sociedade no seu conjunto. A Plataforma de Acção adoptada em Pequim reconhece a necessidade de potenciar a participação plena e não discriminatória das mulheres, de favorecer a sua autonomia e independência, de eliminar a segregação que existe no mundo do trabalho e de tornar possível o acesso das mulheres aos postos de tomada de decisão económica, encontrando as vias para que elas possam contribuir para o crescimento e o desenvolvimento social na esfera económica e para que esse contributo seja tornado mais visível.

A Plataforma recomenda aos Estados signatários que estabeleçam o equilíbrio entre mulheres e homens nos Governos e nas instituições, tanto como factor necessário ao desenvolvimento social, como meio para reforçar a legitimidade dessas instituições.

Para o Conselho da Europa, a Igualdade de Oportunidades para as mulheres e os homens é acima de tudo uma questão de Direitos Humanos fundamentais e de Democracia genuína. O conceito de Democracia Paritária surge no âmbito do tema da participação das Mulheres na vida pública e política. O estudo e reflexão que daí decorrem são parte integrante do programa do Conselho da Europa sobre Direitos Humanos e Democracia genuína, que procura clarificar, aprofundar e definir, de um modo mais conciso, os valores e os princípios da Democracia. Estes estudos surgem ligados ao facto da subrepresentação das mulheres na vida pública e política. O seu Comité para a Igualdade entre as Mulheres e os Homens encontra-se a preparar uma Recomendação aos Estados membros sobre a participação equilibrada das mulheres e dos homens na vida pública e política.

As mulheres em Portugal possuem hoje uma das taxas mais elevadas de actividade a tempo completo da União Europeia, constituem a maioria dos diplomados do ensino superior, estão fortemente representadas na administração pública. Mas em matéria de tomada de decisão, continuam minoritárias.

Num estudo de 1998<sup>9</sup> que procede à retrospectiva global da presença das mulheres no poder executivo e legislativo em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, verificou-se até que ponto elas têm estado quase sempre afastadas dos cargos mais elevados da hierarquia política. Com efeito:

- O *Presidente da República* foi sempre homem. A única mulher candidata recolheu o menor número de votos.

- *Governo*

Desde 25 de Abril de 1974, o cargo de Primeiro Ministro foi ocupado por 10 homens e apenas uma vez, em 1979, por uma mulher, durante um curto período e por nomeação do Presidente da República.

Em 19 governos, provisórios e constitucionais, apenas 35 mulheres ocuparam cargos governativos, para mais de 1000 cargos ocupados por homens. Ministras foram 7, não chegando a representar 3% do total de ministros.

---

<sup>9</sup> A Mulher e a Riqueza: O Poder de a Gerar e a Impossibilidade de a Gerir". *Estudo encomendado ao CESIS pelo Departamento Nacional das Mulheres do Partido Socialista. 1998.*

- *Assembleia da República*

Constata-se a lenta progressão da percentagem de mulheres eleitas à Assembleia da República de 1975 a 1995. Desde as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, com 8,0% de mulheres eleitas – passando pelas eleições para a Assembleia da República, em 1976, com 4,9% de eleitas, oscilando depois nos vários actos eleitorais, até 1991, entre valores percentuais que não ultrapassam os 8,7%, verificando-se apenas em 1995 uma subida para os 12,5% - mantém-se a subrepresentação das mulheres no Parlamento. Segundo o mesmo estudo, “ao longo deste período foram eleitos 1618 homens e 166 mulheres, representando estas apenas 10,3% do total”, apontando-se o facto de a maioria das deputadas (62,4%) não serem reeleitas.

Como resultado das eleições realizadas a 10 de Outubro de 1999 para a Assembleia da República, dos 230 lugares de deputados 40 foram ocupados por mulheres, ou seja 17,4% do total. Em Janeiro de 2001, e por efeito das substituições operadas, o número de deputadas era de 49, representando 21,3% do total.

Taxa de feminização dos membros da Assembleia da República

	1991	1995	1999
Assembleia da República	8,7%	12,2%	17,4%

- *Tribunal Constitucional*

Em 2001, o Tribunal Constitucional é composto por 13 membros, dos quais 3 são mulheres (23,1%).

- *Governos Regionais*

Nenhuma mulher foi Presidente de um Governo Regional.

Em 2001, no Governo Regional da Madeira, em 9 cargos, um é ocupado por uma mulher: Secretária Regional dos Assuntos Sociais; no Governo Regional dos Açores, em 10 cargos, regista-se a mesma situação.

- *Assembleias Regionais*

No que se refere às Assembleias Regionais, e ainda segundo o estudo que vem sendo referido, verifica-se uma evolução distinta da

presença de mulheres entre as duas regiões a partir das eleições de 1980, momento em que a percentagem de mulheres nas Assembleias Regionais era quase idêntica na Madeira (6,8%) e nos Açores (7,0%).

Desde então a representação de mulheres na Assembleia da Madeira tem-se mantido superior à que se regista nos Açores, muito embora ambas se caracterizem por uma baixa presença feminina.

Nas Assembleias Regionais eleitas em 2000, a da Madeira conta com 16,3% de mulheres - 10 mulheres num total de 61 deputados - e a dos Açores com 7,7% - 4 mulheres em 52 deputados.

- *Parlamento Europeu*

Para o Parlamento Europeu foram eleitas, em Junho de 1999, cinco mulheres em 25 deputados portugueses (20%), verificando-se aumento da representação feminina face às anteriores eleições Europeias - duas mulheres eleitas em 25 deputados Europeus (8%) em 1995.

Taxa de feminização dos membros portugueses do Parlamento Europeu

	1989	1994	1999
Parlamento Europeu	12,5	8,0	20,0

- *Poder Local*

No que se refere ao poder local, a representação das mulheres tem-se mantido muito baixa. Por exemplo, as mulheres representavam 1.3% dos Presidentes de Câmara eleitos em 1979. Essa percentagem manteve-se inferior a 2% ao longo dos vários actos eleitorais - 82, 85 e 93, com excepção de 1989, ano em que atingiu os 2,3%.

Nas eleições Autárquicas de 14 de Dezembro de 1997, dos 305 Presidentes de Câmara eleitos, 12, equivalendo a 3,9%, são mulheres – o que correspondeu a um do aumento para mais do dobro entre 1993 e 1997 - de 5 em 1993 para 12 em 1997.

Em estudo realizado em 2001 pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento junto de uma amostra representativa da população

portuguesa<sup>10</sup>, afirma-se a este respeito, “trata-se de uma evolução que, a manter-se a este ritmo permitirá atingir a paridade política – 50% para ambos os sexos – neste campo, aproximadamente no ano de 2185”. Verifica-se, no entanto, que “o sucesso das candidaturas de mulheres cabeças de lista é, no caso de todos os partidos à excepção do PP, superior ao respectivo sucesso global do partido, ou seja, que o sucesso das candidaturas femininas é maior do que o sucesso dos próprios partidos em cada acto eleitoral”.

A representação feminina permanece muito baixa em todos os órgãos autárquicos e nos vários cargos dentro destes órgãos. As mais altas percentagens atingidas verificam-se ao nível dos membros das Assembleias Municipais, com 12,6% de mulheres em 1997, o que representa um aumento pouco significativo quando comparados estes resultados com os obtidos aquando das eleições precedentes (11,3% em 1993 e 10,8% em 1989).

As mulheres encontram-se menos representadas nos cargos de maior protagonismo. Se nos reportarmos às eleições de 1997, embora se tenham verificado ligeiros aumentos percentuais relativamente às eleições anteriores realizadas em 1993, a representação das mulheres nos cargos de Presidente de Câmara Municipal (3,9%) (1,6% em 1993), de Assembleia Municipal (7,4%) (6,2% em 1993), de Junta de Freguesia (4%) (3,1% em 1993) e de Assembleia de Freguesia (9,6%) (6,5% em 1993), é sempre menor que nos cargos de Vereadores das mesmas câmaras (11,7%) (8,7% em 1993), de membro de Assembleia Municipal (12,6%) (11,3% em 1993), de Vogal de Junta de Freguesia (8,5%) (6,2% em 1993) ou de membro de Assembleia de Freguesia (11,3%) (8,1% em 1993).

As mulheres estão mais representadas nos órgãos deliberativos do que nos órgãos executivos - mais representadas nas Assembleias Municipais do que nas Câmaras Municipais, e mais representadas nas Assembleias de Freguesia do que nas Juntas de Freguesia.

Num inquérito realizado em 1996 junto de decisores políticos e dos media<sup>11</sup>, a especificidade dos contributos femininos para a política e da presença das mulheres no poder reuniam um forte grau de concordância da população feminina. Mais de 60% das inquiridas afirmavam que a subrepresentação das mulheres na tomada de decisão é, não só nociva para a sociedade, como para as mulheres no seu conjunto. Já 73% dos homens inquiridos, defendiam a ideia de que as mulheres na política contribuem para torná-la mais próxima da realidade das pessoas.

---

<sup>10</sup> Género e Comportamento Eleitoral. O Eleitorado Português e a Actividade Política das Mulheres *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 2001*

<sup>11</sup> *Estudo encomendado pelo Departamento Nacional das Mulheres do Partido Socialista. 1996.*

Factores de vária ordem concorrem para que esta subrepresentação aconteça: históricos, culturais, sócio-económicos, bem como a imagem das mulheres nos media, a utilização de linguagem sexista; mas também factores políticos, tais como os critérios e os processos de selecção dentro dos partidos políticos, que utilizam valores masculinos, e o próprio sistema eleitoral.

A divisão tradicional dos papéis entre os sexos constitui outro dos principais obstáculos, pois os modelos veiculados, não são somente interiorizados pelas pessoas, mas estão antes imbricados na própria organização da sociedade.

Segundo o mesmo inquérito, as responsabilidades familiares que recaem sobre as mulheres são encaradas por cerca de 70% das inquiridas e por 64% dos inquiridos como um dos factores que tendem a dificultar às mulheres o assumir de postos de decisão.

No estudo realizado pelo IED e acima mencionado, demonstra-se a “maior dificuldade de penetração das candidaturas femininas nos meios mais ruralizados, em particular no interior do país”. A esse respeito é referido que “as estruturas partidárias, os modos de funcionamento interno e os métodos de selecção, por parte dos partidos políticos, dos seus candidatos cabeças de lista às Câmaras Municipais, raramente se prendem com critérios objectivos de competência técnica estrita para o exercício deste tipo de mandato. A selecção deste tipo de candidatos, fazendo-se por cooptação dentro dos partidos, é permeável à influência daqueles que, tendo o poder de decisão ao nível das estruturas partidárias concelhias, se escolhem a si próprios ou àqueles que lhes são próximos – fiéis – para encabeçar tais listas. Tal modo de funcionamento interno dos partidos explica a raridade das candidaturas de mulheres como cabeças de listas às Câmaras Municipais, uma vez que a sua ausência neste campo, corresponde a uma ausência generalizada de poder e influência dentro das estruturas partidárias concelhias e nacionais. Este fenómeno é mais evidente em áreas menos urbanizadas e com um menor número de eleitores”.

No entanto, a construção da igualdade assume um carácter privilegiado à escala local e regional, dado que estes níveis estão ligados, por excelência, ao exercício da cidadania e que o género do decisor tem um papel determinante, não só enquanto modelo de identificação, mas também na orientação das suas decisões e na definição das suas prioridades.

Constitui ainda uma lacuna a inexistência de estudos sobre os modos de selecção e os modos de escrutínio utilizados pelos partidos no que se refere às eleições para os níveis do poder – central regional e local. Permanecem dificuldades de recolha atempada de dados estatísticos sobre o nível local.

- *Partidos Políticos*

Nenhuma mulher ocupa lugares de chefia máxima nos partidos políticos representados na Assembleia da República. A percentagem de mulheres no total de órgãos de direcção de cada partido, a nível central, era a seguinte, em 2000:

PS - 22,44%  
PC - 19,03%  
PPD/PSD - 9,09%  
CDS/PP - 6,25%

Em 2001, a percentagem de mulheres entre os filiados nos partidos políticos, segundo informação fornecida pelos mesmos, era a seguinte:

PPD/PSD - 27,3%  
CDS/PP - 25,0%  
PC - 24,4%  
PS - 21,4%

No estudo realizado pelo IED atrás referido, 81% dos inquiridos, quando interrogados sobre os aspectos positivos da presença das mulheres na actividade política, refere que *as mulheres são mais sensíveis aos problemas das pessoas* e aponta para que *a maior sensibilidade e humanidade na actuação das mulheres possa ser introduzida, com vantagens em todas as áreas de intervenção política, nomeadamente nos redutos tradicionais masculinos como seja a Defesa, a Economia, as Finanças, os Negócios Estrangeiros e a Administração Interna.* O eleitorado exprime assim, de um forma quase unânime, a ideia que a actividade política das mulheres cria expectativas de *'uma acrescida sensibilidade e humanização nas abordagens e comportamentos políticos'*. Acresce que a maioria dos inquiridos (71%), considera que *'a presença das mulheres na vida política portuguesa, nomeadamente em lugares de poder eleitos, é muito inferior ou inferior ao que seria justo e desejável'*.

Mau grado o crédito dado às mulheres enquanto actores políticos, não foram registados aumentos relevantes da participação das mulheres na actividade política nos países onde não foram adoptadas medidas para estabelecer o equilíbrio entre os sexos na tomada de decisão.

- *Organizações Sindicais e Patronais*

As duas centrais sindicais têm a seguinte percentagem de mulheres membros efectivos dos seus órgãos dirigentes nacionais: CGTP-IN - 26,7% e UGT - 20,5%.

Já no que se refere à percentagem de mulheres em órgãos dirigentes de associações patronais esta é de 0% na Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e de 10% na Confederação Nacional da Agricultura (CNA)<sup>12</sup>.

- *Governos Cívicos*  
Segundo a estudo do CESIS a que se tem feito referência<sup>13</sup>, “4 mulheres desempenharam, desde 1980, o cargo de Governadora Civil: uma no período de 1980-1983; outra em 1985-1990; outra em 1988-91; e ainda uma outra no período de 1991-1995”.

- *Administração Pública*

Na Administração Pública Central, a feminização dos lugares *Dirigentes* era a seguinte, em 1999<sup>14</sup>:

- de um total de 400 Directores Gerais, Gestores Públicos ou categorias similares, 88 eram mulheres (22,0%);
- dos 619 Subdirectores-gerais, vogais ou categorias similares 235 eram mulheres (38,0%);
- os Directores de Serviço, Directores de Departamento ou categorias similares totalizavam 1783, dos quais 651 mulheres (36,5%);
- dos Chefes de Divisão, Chefes de Serviço ou categorias similares as mulheres eram 1453, num total de 3147 (46,2%);
- em outras categorias de dirigentes não enquadradas, existiam 642 mulheres em 2413.

A taxa de feminização global na Administração Pública Central era, naquela data, de 59,3%. A da Administração Pública Local, era de 32,2%.

---

<sup>12</sup> A *Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)* e a *Confederação da Indústria Portuguesa (CIP)* não responderam à solicitação de dados.

<sup>13</sup> “A Mulher e a Riqueza: O Poder de a Gerar e a Impossibilidade de a Gerir”. *Estudo encomendado ao CESIS pelo Departamento Nacional das Mulheres do Partido Socialista*. 1998.

<sup>14</sup> 2º Recenseamento Geral da Administração Pública, *Instituto para a Inovação na Administração do Estado*.